

QUANDO O ACESSO NÃO BASTA: BIBLIOTECAS PÚBLICAS E COMUNITÁRIAS ENTRE MEDIAÇÃO, TERRITÓRIO E CIDADANIA CULTURAL

When Access Is Not Enough: Public and Community Libraries at the Intersection of Mediation, Territory, and Cultural Citizenship

Marleide Batista Vilas Boas Silva¹

¹ Doutoranda em Ciências da Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail: marleidevilas@hotmail.com

Resumo

A ampliação do acesso ao livro, à leitura e às bibliotecas integra a agenda contemporânea de direitos culturais e políticas públicas no Brasil, mas a disponibilidade de acervos, equipamentos e serviços não explica, isoladamente, as condições de apropriação e participação cultural. Este ensaio analisa as condições pelas quais bibliotecas públicas e comunitárias, atravessadas pela dimensão digital, podem constituir espaços de cidadania cultural no Brasil contemporâneo. Trata-se de ensaio teórico crítico-argumentativo, de abordagem qualitativa, sustentado por pesquisa bibliográfica e documental orientada pela relevância conceitual e argumentativa das fontes. O percurso distingue democratização da cultura, democracia cultural e cidadania cultural; examina mediação e apropriação; problematiza responsabilidade pública, autonomia comunitária e território; e incorpora a dimensão digital como componente sociotécnico transversal. Argumenta-se que o potencial cidadão das bibliotecas depende da articulação entre acesso efetivo, mediação, apropriação, participação, reconhecimento territorial, acessibilidade, continuidade institucional e governança. Conclui-se que a cidadania cultural constitui horizonte condicionado pelas relações sociais, políticas e sociotécnicas construídas em torno das bibliotecas, e não efeito automático da oferta de acervos e serviços.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas. Bibliotecas Comunitárias. Cidadania Cultural. Mediação Cultural. Direito à Leitura.

Abstract

Expanding access to books, reading, and libraries is part of the contemporary agenda of cultural rights and public policy in Brazil, yet the availability of collections, facilities, and services alone does not explain the conditions for cultural appropriation and participation. This theoretical essay analyzes the conditions under which public and community libraries, intersected by the digital dimension, may constitute spaces of cultural citizenship in contemporary Brazil. It adopts a qualitative, critical-argumentative approach supported by bibliographic and documentary research selected according to the conceptual and argumentative relevance of the sources. The analysis distinguishes cultural democratization, cultural democracy, and cultural citizenship; examines mediation and appropriation; problematizes public responsibility, community autonomy, and territory; and incorporates the digital dimension as a transversal sociotechnical component. The essay argues that the civic potential of libraries depends on the articulation of effective access, mediation, appropriation, participation, territorial recognition, accessibility, institutional continuity, and governance. It concludes that cultural citizenship is a horizon conditioned by the social, political, and sociotechnical relations built around libraries rather than an automatic effect of providing collections and services.

Keywords: Public Libraries. Community Libraries. Cultural Citizenship. Cultural Mediation. Right to Read.

INTRODUÇÃO

A ampliação do acesso ao livro adquiriu densidade jurídica e política no Brasil ao integrar uma agenda pública que aproxima cultura, educação, direitos e cidadania. Nesse contexto, a Política Nacional de Leitura e

Escrita (PNLE), instituída pela Lei nº 13.696/2018, reconhece a universalização do acesso ao livro, à literatura e às bibliotecas entre suas diretrizes e vincula leitura e escrita às condições necessárias ao exercício da cidadania (Brasil, 2018). O PNLE 2026–2036 aprofunda esse horizonte ao articular democratização do acesso, ampliação e qualificação das bibliotecas, formação de mediadores, acessibilidade, diversidade cultural, participação social e ambientes digitais, além de reconhecer leitura, produção de sentidos e direitos culturais como dimensões relacionadas a uma sociedade democrática (Brasil, 2026).

Tal reconhecimento desloca a discussão para além da existência física do equipamento bibliotecário ou da disponibilidade quantitativa de acervos, pois as ações de expandir bibliotecas, distribuir livros e criar ambientes digitais permanecem indispensáveis em um país atravessado por desigualdades territoriais e culturais. Porém, há de se refletir que a presença do recurso não esclarece, por si, as condições mediante as quais pessoas e coletividades conseguem encontrá-lo, compreendê-lo, incorporá-lo aos próprios repertórios e participar da vida cultural. Desse modo, a diferença entre disponibilização e apropriação torna-se particularmente relevante quando o debate incorpora sujeitos historicamente afastados dos equipamentos culturais, territórios com baixa presença institucional e ambientes digitais nos quais a ampliação potencial do alcance convive com barreiras de conectividade, acessibilidade, usabilidade e domínio tecnológico.

As bibliotecas públicas e comunitárias ocupam lugares distintos dentro dos territórios, sendo que as públicas se vinculam à responsabilidade estatal de oferecer serviços públicos continuados de informação, leitura e cultura; e as comunitárias emergem de formas diversas de mobilização sociocultural e mantêm forte relação com territorialidade, redes locais, autonomia e participação. Machado (2008; 2009) demonstrou que biblioteca comunitária não se define simplesmente por estar localizada em uma comunidade, pois sua especificidade envolve modos particulares de constituição, articulação e ação social. No campo das bibliotecas públicas, discutem-se aspectos diversos, como institucionalidade, função social e políticas de leitura evidenciam que o acesso ao livro representa apenas uma dimensão de instituições cuja presença social também envolve mediação, formação, informação e relações com seus públicos (Souza, 2020; Ferreira; Siebra, 2021). Já a dimensão digital atravessa ambos os arranjos: acervos, serviços, canais de comunicação e práticas mediadoras podem operar tecnologicamente sem que “digital” constitua uma institucionalidade equivalente a “pública” ou “comunitária”.

Quanto à mediação, acrescenta-se um elemento decisivo a esse debate ao mostrar que a relação entre sujeitos e informação envolve processos de construção de sentidos e pode favorecer formas de apropriação e protagonismo (Gomes, 2019; Maduell; Borges, 2022). Nas bibliotecas comunitárias, o peso do território, das

redes e da participação social é exponencial, definindo até mesmo perfil dessas instituições, as formas como se organizam e se entrelaçam com os problemas do entorno (Rosa; Fujino, 2021; Maia; Barradas, 2022).

A associação entre bibliotecas e cidadania exige, por essa razão, uma formulação mais cautelosa que a celebração de uma suposta vocação democrática inerente à instituição. Revisão conceitual recente da produção sobre bibliotecas públicas e democracia identificou perspectivas teóricas distintas, orientadas pelo consenso, pelo conflito e pelo capital social e mostrou que parcela dos estudos mobiliza democracia sem explicitar suficientemente sua base conceitual (Hanell, 2026). De modo complementar, Lee (2026) reconhece avanços na compreensão de seus papéis comunitários, mas identifica fragmentação do campo e insuficiente especificação dos mecanismos capazes de conectar presença institucional e efeitos sociais. Tais advertências impedem que a biblioteca seja tomada como espaço cidadão por definição e deslocam a análise para as condições sob as quais esse potencial pode efetivamente ser concebido.

Na acepção adotada neste ensaio, construída principalmente a partir da formulação de Chauí (2021), cidadania cultural situa a cultura no campo dos direitos e reconhece os sujeitos também como criadores e participantes da vida cultural. A distinção elaborada por Botelho (2001) entre democratização da cultura e democracia cultural reforça esse deslocamento: ampliar oferta e reduzir barreiras de acesso constitui tarefa relevante, embora a participação cultural envolva também reconhecimento da diversidade, capacidade de expressão e presença ativa dos sujeitos na vida cultural. Aplicada às bibliotecas, essa distinção modifica a própria pergunta de pesquisa. Interessa menos afirmar abstratamente que esses espaços promovem cidadania do que compreender as mediações e condições que podem aproximar acesso, apropriação, expressão e participação.

O problema teórico deste ensaio situa-se, portanto, na distância entre a democratização formal do acesso à leitura e à cultura e a constituição de condições substantivas para apropriação e participação cultural. Acredita-se que já se reconhece mediação, acessibilidade, território, participação, institucionalidade e dimensão digital como elementos relevantes, mas sua presença dispersa não produz automaticamente uma explicação integrada de como esses componentes se relacionam. Dessa insuficiência emerge a questão que orienta o trabalho: em que condições bibliotecas públicas e comunitárias, atravessadas pela dimensão digital, podem constituir espaços de cidadania cultural no Brasil contemporâneo, para além da simples disponibilização de acervos e serviços?

Para responder esse questionamento, parte-se da proposição de que o potencial cidadão das bibliotecas depende de articulações que excedem sua existência institucional. O direito ao acesso representa condição necessária, enquanto a mediação de leitura pode ampliar possibilidades de compreensão e apropriação; a

territorialidade interfere nas formas pelas quais instituições e práticas são reconhecidas socialmente; a acessibilidade condiciona o uso efetivo dos recursos; participação desloca sujeitos da posição exclusiva de receptores; a governança e continuidade sustentam ações que, de outra forma, permaneceriam episódicas. Bibliotecas públicas e comunitárias mobilizam capacidades distintas dentro dessa configuração, especialmente responsabilidade estatal e enraizamento comunitário, e a dimensão digital amplia possibilidades ao mesmo tempo que introduz exigências próprias. Tais relações são tratadas como condições e mecanismos teoricamente plausíveis, jamais como cadeia causal universal.

Com base nesse problema, o estudo tem como objetivo analisar as condições pelas quais bibliotecas públicas e comunitárias, atravessadas pela dimensão digital, podem constituir espaços de cidadania cultural no Brasil contemporâneo, articulando democratização do acesso, mediação, apropriação, participação, territorialidade, acessibilidade e governança. O desenvolvimento avança inicialmente pela distinção entre acesso, democracia cultural e cidadania cultural; em seguida, examina mediação e apropriação como dimensões situadas entre disponibilidade e participação. A discussão desloca-se então para as diferenças entre responsabilidade pública e enraizamento comunitário, alcançando posteriormente as possibilidades e barreiras reorganizadas pela dimensão digital. O movimento final reúne essas dimensões para discutir sob quais condições a biblioteca pode ser compreendida como espaço potencial de cidadania cultural, preservando a diferença entre horizonte normativo, mecanismo teórico e efeito empiricamente demonstrado.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como ensaio teórico crítico-argumentativo, de abordagem qualitativa, sustentado por pesquisa bibliográfica e documental orientada pela relevância conceitual e pela função argumentativa das fontes. A opção pelo ensaio decorre da natureza do problema investigado, centrado nas condições pelas quais bibliotecas públicas e comunitárias, atravessadas pela dimensão digital, podem constituir espaços de cidadania cultural.

O percurso bibliográfico iniciou-se pela decomposição do objeto em núcleos relacionados às bibliotecas públicas, bibliotecas comunitárias, mediação da leitura e da informação, território, cidadania e direitos culturais, políticas públicas de leitura, acessibilidade, inclusão digital e governança. Foram utilizadas combinações de termos em português e inglês, com mapeamento complementar de terminologia em espanhol. As buscas privilegiaram a produção dos cinco anos mais recentes (2021-2026), preservando publicações anteriores quando indispensáveis à genealogia dos conceitos ou à compreensão de formulações fundadoras. O

contexto brasileiro constituiu o eixo principal da investigação, enquanto a literatura internacional foi mobilizada seletivamente para incorporar debates, contrapontos e categorias capazes de tensionar interpretações presentes na produção nacional.

A localização das fontes envolveu SciELO, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT, portais de periódicos científicos brasileiros, repositórios institucionais, páginas editoriais de periódicos e publicações internacionais, além de mecanismos complementares de descoberta e rastreamento bibliográfico. Documentos normativos e institucionais foram consultados em fontes oficiais, especialmente aqueles relacionados à Política Nacional de Leitura e Escrita e ao Plano Nacional do Livro e Leitura (Brasil, 2018; 2026). O Manifesto IFLA–UNESCO para Bibliotecas Públicas também foi incorporado como referência normativa internacional (IFLA; UNESCO, 2022).

A seleção do corpus priorizou trabalhos capazes de conceituar categorias nucleares, explicar mecanismos, reconstruir debates fundadores, atualizar interpretações, analisar as especificidades das bibliotecas públicas e comunitárias, discutir território e mediação, qualificar a dimensão digital ou apresentar argumentos contrários à associação automática entre bibliotecas, democracia e cidadania. Materiais de caráter estritamente técnico, promocional ou periférico ao problema foram afastados do núcleo argumentativo.

Obras anteriores ao recorte temporal prioritário foram preservadas quando exerceram função conceitual indispensável.

A análise foi desenvolvida mediante comparação conceitual, problematização e síntese teórico-argumentativa. Inicialmente, foram diferenciadas categorias utilizadas de forma próxima, mas conceitualmente distintas, entre elas disponibilidade, acesso, apropriação e participação; democratização da cultura e democracia cultural; participação e protagonismo; e biblioteca pública, biblioteca comunitária e dimensão digital. Em seguida, foram examinadas tensões relacionadas à responsabilidade estatal e à autonomia comunitária, universalidade do direito e singularidade territorial, digitalização e inclusão, missão institucional e efetividade social.

Documentos legais e institucionais foram examinados de maneira distinta da produção científica. Sua função consiste em identificar direitos reconhecidos, diretrizes, metas e concepções presentes nas políticas de leitura e bibliotecas, sem utilizá-los como evidência automática da efetividade dessas políticas. Da mesma forma, experiências locais registradas na literatura foram consideradas em seus respectivos contextos e não convertidas em afirmações generalizáveis para o conjunto das bibliotecas brasileiras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

DO ACESSO À CIDADANIA CULTURAL: OS LIMITES DE UMA LEITURA DISTRIBUTIVA

Garantir condições de acesso à leitura constitui uma dimensão elementar de qualquer política orientada à democratização cultural e educacional, elevando-se o direito de ler como algo inerente à natureza humana em um mundo dominado pela palavra escrita. Acervos, equipamentos, serviços, profissionais e possibilidades de circulação dos bens escritos compõem a base material sem a qual o direito à leitura permaneceria restrito ao plano declaratório. A institucionalização da PNLE e sua posterior articulação ao Plano Nacional do Livro e Leitura 2026–2036 expressam esse reconhecimento ao inserir bibliotecas, formação de mediadores, acessibilidade e diferentes formas de circulação do livro em uma agenda pública associada a direitos e cidadania (Brasil, 2018; Brasil, 2026). Entretanto, a ampliação da oferta descreve apenas uma dimensão da democratização. Entre a existência de um recurso e sua incorporação à vida cultural dos sujeitos operam condições sociais, simbólicas, territoriais e institucionais que modificam profundamente aquilo que, em termos formais, poderia ser classificado como acesso.

Essa distinção torna-se mais clara quando a democratização da cultura é examinada a partir das críticas formuladas por Botelho (2001), que questiona concepções nas quais a democratização é reduzida à ampliação da oferta ou à diminuição dos obstáculos financeiros para o consumo cultural. Para a autora, equipamentos gratuitos e bens disponíveis constituem instrumentos relevantes, compondo um entrelaçamento de fatores que perpassam as desigualdades, que atravessam repertórios, disposições culturais, formas de reconhecimento e possibilidades concretas de participação. Desse deslocamento emerge a noção de democracia cultural, cuja ênfase recai sobre a pluralidade dos sujeitos, o reconhecimento de diferentes práticas e a ampliação das condições para que grupos sociais produzam e expressem cultura segundo referências próprias. Aplicado às bibliotecas, esse debate modifica o critério pelo qual se avalia sua abertura pública: portas abertas, acervos disponíveis e plataformas acessíveis representam pontos de partida, enquanto a relação social construída em torno deles define outras camadas da experiência cultural.

A crítica à centralidade exclusiva da oferta também aparece no debate brasileiro sobre biblioteca pública na publicação de Souza (2020), ao analisar a institucionalização do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, chama atenção para o risco de políticas excessivamente concentradas no livro reduzirem a complexidade da biblioteca como instituição social. A esse respeito, o problema pontuado envolve uma diferença de escala analítica quanto à política de distribuição, que pode contabilizar exemplares, equipamentos, conexões ou

unidades abertas; de modo que a experiência social da biblioteca inclui reconhecimento do espaço, formas de acolhimento, possibilidade de encontrar informação, mediação, programação, continuidade dos serviços e relação com os públicos. Assim, compreende-se que os indicadores de cobertura permanecem necessários, mas revelam pouco sobre a qualidade das relações que tornam um equipamento cultural socialmente apropriável.

Assim, convém discutir o aspecto da cidadania cultural. Na acepção construída principalmente a partir de Chauí (2021), cultura é situada no campo dos direitos, permitindo reconhecer sujeitos para além da posição de consumidores ou destinatários da oferta cultural. Essa perspectiva associa acesso ao reconhecimento dos indivíduos e coletividades como participantes da produção simbólica, da criação e das decisões relacionadas à vida cultural. Aplicada às bibliotecas, reorganiza a posição do usuário. O movimento de frequentar uma biblioteca, retirar um livro ou consultar um documento é relevante, pois possibilita ao cidadão incluir a capacidade de atribuir sentidos, formular demandas, reconhecer-se nos repertórios disponibilizados, participar das práticas culturais e encontrar condições para expressão e criação.

Tal mudança de perspectiva também ajuda a compreender por que grupos formalmente incluídos no universo de usuários podem permanecer pouco reconhecidos na organização dos serviços. Alves e Pieruccini (2024), ao mobilizarem a democracia cultural para discutir bibliotecas públicas e pessoas em situação de rua, demonstram como um equipamento aberto a todos pode operar a partir de imagens implícitas de público que não contemplam igualmente todos os sujeitos. A esse respeito, uma política pode declarar acesso universal enquanto formas de programação, acolhimento, comunicação ou uso do espaço produzem experiências desiguais.

Compreender o acesso dessa maneira evita duas simplificações opostas. Uma delas consistiria em desvalorizar políticas distributivas, como se acervo, infraestrutura e expansão de equipamentos fossem secundários. A outra consistiria em presumir que sua existência encerra o problema. Livros precisam existir, bibliotecas precisam permanecer abertas e serviços digitais precisam estar disponíveis; simultaneamente, acesso substantivo depende de condições para que esses recursos se tornem inteligíveis, utilizáveis e culturalmente significativos. É justamente nesse intervalo entre disponibilidade e experiência que a mediação adquire relevância analítica.

O QUE EXISTE ENTRE O ACERVO E O SUJEITO LEITOR

Entre o acervo e o sujeito existem formas de organização, linguagem, seleção, classificação, comunicação, acolhimento e interação que interferem na maneira como o recurso cultural pode ser localizado

e compreendido. A noção de mediação oferece uma chave para observar esse intervalo sem transformar o leitor em receptor passivo. Na formulação de Gomes (2019), a mediação da informação é tratada como ação central capaz de favorecer processos relacionados ao protagonismo social. Seu sentido ultrapassa a simples entrega de informação e envolve condições pelas quais sujeitos entram em relação com conteúdos, reelaboram referências e ampliam possibilidades de atuação.

Transportada para o universo da leitura e das bibliotecas, a mediação assume formas variadas, como uma atitude que articula objeto e sujeito, sendo os leitores pessoas ativas desse processo. Uma conversa sobre livros, um clube de leitura, a escolha e exposição de determinados títulos, a elaboração de uma atividade cultural, a orientação de pesquisa, a organização de catálogos ou o desenho de uma interface digital participam, em escalas diferentes, da construção da relação entre sujeito e recurso. Assim, compreende-se que os termos mediação da leitura, mediação cultural e mediação da informação preservam especificidades próprias, embora compartilhem a preocupação com aquilo que acontece entre disponibilidade e produção de sentidos.

Maduell e Borges (2022) acrescentam a esse debate o problema do direito de compreensão, ao estudarem bibliotecas comunitárias como espaços relacionados ao direito à informação. As autoras mostram que tornar a informação disponível pode ser insuficiente quando linguagens, códigos ou formas de apresentação dificultam sua apropriação. Essa discussão expande a função mediadora para além da literatura, incluindo documentos públicos, informações sobre direitos, oportunidades, políticas e serviços como acervos tecnicamente acessíveis e permanecer socialmente distantes. Entretanto, uma biblioteca vinculada ao território pode reduzir parte dessa distância quando constrói práticas capazes de traduzir, contextualizar e colocar a informação em diálogo com demandas concretas dos sujeitos.

Neste ensaio, apropriação é empregada como categoria operacional para designar o processo pelo qual sujeitos constroem e mobilizam sentidos a partir dos recursos informacionais e culturais com os quais entram em relação. A categoria permite distinguir esse movimento do simples registro de uso ou frequência e dialoga com as discussões sobre mediação e direito de compreensão desenvolvidas no campo da Ciência da Informação (Gomes, 2019; Maduell; Borges, 2022). Um acervo muito utilizado pode demonstrar demanda e relevância, mas não permite inferir sozinho a maneira como os conteúdos foram compreendidos ou incorporados aos repertórios dos leitores. Da mesma forma, uma atividade de mediação com grande público fornece evidência de alcance, sem demonstrar automaticamente protagonismo ou participação nas decisões culturais.

A centralidade conferida à mediação exige também uma precaução, quanto às práticas mediadoras, que podem assumir formato verticalizado quando instituições ou profissionais se colocam como intérpretes exclusivos da cultura, definindo conteúdos legítimos, formas corretas de leitura ou comportamentos esperados

dos públicos. Tal configuração reproduziria justamente a posição passiva que a cidadania cultural procura superar. Mediação compatível com esse horizonte precisa admitir diálogo, diversidade de repertórios e possibilidade de resposta dos sujeitos. Profissional bibliotecário, mediador comunitário, educador ou agente cultural participa da relação, mas não detém sozinho o significado do texto, da informação ou da experiência cultural.

Ambientes digitais tornam ainda mais visível que a mediação ultrapassa a relação presencial, se aproximando dos leitores ainda que à distância, alcançando públicos de diferentes territórios e comunidades. Assis e Paula (2024), ao analisarem a Biblioteca Nacional Digital, evidenciam o papel de catálogo, metadados, disseminação e canais de comunicação na organização das possibilidades de descoberta e uso da informação. Quem pesquisa em uma biblioteca digital encontra uma arquitetura prévia de escolhas, descrições, interfaces e caminhos de navegação. O mediador pode estar ausente fisicamente e, ainda assim, existir uma mediação incorporada à própria organização do ambiente. Essa constatação amplia a categoria sem dissolver sua dimensão humana: decisões técnicas também expressam prioridades institucionais e podem facilitar ou dificultar a experiência do usuário.

ENTRE RESPONSABILIDADE PÚBLICA E ENRAIZAMENTO COMUNITÁRIO

Biblioteca pública e biblioteca comunitária podem compartilhar objetivos relacionados à leitura, informação e cultura sem pertencer à mesma forma institucional. A distinção é decisiva porque condiciona responsabilidades, fontes de financiamento, capacidade de continuidade, relação com usuários e possibilidades de participação. Machado (2008, 2009) identifica nas bibliotecas comunitárias características relacionadas à articulação local, autonomia relativa, flexibilidade e participação de sujeitos vinculados aos territórios.

No campo público, a garantia de acesso insere-se em uma cadeia de responsabilidade estatal. A biblioteca integra uma infraestrutura cultural cuja permanência não deveria depender exclusivamente da mobilização episódica de indivíduos, do voluntariado ou da capacidade local de captação de recursos, devendo ter um projeto e ações contínuas, que dialogam com a comunidade. A esse respeito, Souza (2020) evidencia historicamente fragilidades de institucionalização e continuidade das políticas bibliotecárias brasileiras, enquanto Ferreira e Siebra (2021) mostram que a responsabilidade social atribuída às bibliotecas públicas abrange dimensões educacionais, culturais, éticas e políticas. Tais funções ampliadas exigem recursos, equipes, planejamento e reconhecimento institucional compatíveis com a missão declarada. Isso implica em fazer investimentos materiais, estruturais e de treinamento de pessoal de modo a atender às especificidades do

público ao qual a biblioteca está inserida, elevando também a possibilidade de acesso à informação e a conteúdos do universo literário mais diversificado possível.

Programações padronizadas, baixa escuta dos públicos ou descontinuidade das ações interferem no reconhecimento social da biblioteca. É nesse ponto que territorialidade se torna categoria analítica importante. O território não funciona apenas como área administrativa ou endereço de instalação; reúne relações sociais, memórias, desigualdades, formas de circulação e repertórios culturais que influenciam a maneira como uma instituição é percebida e utilizada.

Experiências comunitárias tornam particularmente visível essa relação. Rosa e Fujino (2021) analisam bibliotecas situadas em territórios marcados por vulnerabilidades e demonstram a relevância de redes locais, mediação e vínculos construídos com as comunidades. Sampaio, Rodrigues e Santos (2024), ao mapear produção acadêmica sobre bibliotecas comunitárias, identificam diversidade de temas que atravessam leitura, educação, cultura e desenvolvimento territorial. Ferreira et al. (2026), em estudo recente sobre biblioteca comunitária em Sergipe, associam mediação literária, gestão participativa, identidade e atuação territorial. Embora estudos localizados não permitam generalização nacional, sua convergência ajuda a demonstrar que proximidade social pode produzir formas de reconhecimento difíceis de apreender somente por indicadores de cobertura.

Maia e Barradas (2022), ao analisarem experiências de gestão de bibliotecas comunitárias, identificam redes e atividades culturais como dimensões relevantes para sua atuação, ao mesmo tempo que registram dificuldades ligadas à sustentabilidade financeira e manutenção. A capacidade de mobilização local pode sustentar iniciativas inovadoras durante períodos significativos, mas sua continuidade permanece sensível à disponibilidade de recursos, renovação das equipes e reconhecimento político. Transformar autonomia comunitária em justificativa para retração estatal produziria uma inversão problemática: territórios que desenvolveram respostas coletivas à ausência ou precariedade de equipamentos poderiam terminar responsabilizados por suprir indefinidamente direitos cuja garantia ultrapassa sua capacidade financeira e institucional.

A relação entre Estado e comunidade ganha, então, contornos de complementaridade tensa. Institucionalidade pública pode oferecer continuidade, financiamento e universalidade; iniciativas comunitárias podem produzir proximidade, flexibilidade e formas intensas de participação local. Nenhuma dessas capacidades aparece de forma automática ou exclusiva. Bibliotecas públicas também podem construir forte territorialidade e participação, enquanto bibliotecas comunitárias podem estabelecer relações

formalizadas com políticas públicas, redes e instituições estatais. As categorias servem para compreender tendências e responsabilidades predominantes, não para criar fronteiras rígidas entre experiências reais.

Interesses geracionais, raciais, religiosos, políticos e culturais podem disputar sentidos e prioridades. Uma perspectiva de cidadania cultural precisa reconhecer essa pluralidade, evitando transformar pertencimento em consenso obrigatório. Participação ganha densidade quando cria condições para expressão de diferenças e circulação de repertórios, inclusive quando as posições envolvidas não convergem.

O desafio político consiste, portanto, em articular garantia pública e capacidade comunitária sem reduzir uma à outra. Políticas de leitura orientadas pela cidadania cultural precisam reconhecer iniciativas territoriais como interlocutoras, sem convertê-las em substitutas permanentes dos deveres estatais. Ao mesmo tempo, institucionalidade pública precisa incorporar formas de escuta e participação que evitem tratar cidadãos apenas como usuários finais de serviços concebidos à distância. Essa articulação torna-se ainda mais complexa quando parte crescente da relação com acervos, serviços e públicos passa a ocorrer por meios digitais.

A DIMENSÃO DIGITAL: AMPLIAÇÃO DO ACESSO E NOVAS BARREIRAS

A digitalização alterou profundamente as condições de circulação dos bens escritos e informacionais sem apagar os problemas que já atravessavam o acesso presencial. As bibliotecas podem disponibilizar coleções, catálogos, documentos, programações e serviços para sujeitos fisicamente distantes, reduzindo algumas barreiras geográficas e temporais. Essa possibilidade torna a dimensão digital relevante para políticas de democratização, sobretudo quando acervos raros, materiais de domínio público ou informações anteriormente restritas a determinados edifícios passam a ser consultáveis em rede.

Abramowitz (2025) discute bibliotecas públicas e inclusão digital destacando que cidadania no ambiente digital envolve recursos e capacidades que ultrapassam a simples oferta de conexão. Dispositivo, conectividade, competências de navegação, compreensão das interfaces e possibilidade de uso seguro interferem concretamente na experiência. Uma plataforma tecnicamente disponível pode permanecer distante de sujeitos que possuem conexão instável, equipamentos inadequados ou baixa familiaridade com os mecanismos de pesquisa. A desigualdade desloca-se e assume novas formas.

Assis e Paula (2024) mostram, no contexto da Biblioteca Nacional Digital, que mediação se realiza também por catálogo, metadados, instrumentos de descrição e canais de comunicação. Localizar um documento depende da maneira como ele foi nomeado, classificado e relacionado a outros conteúdos. A arquitetura da informação condiciona aquilo que pode ser encontrado e os caminhos pelos quais o usuário

chega ao acervo. Questões de acessibilidade comunicacional e desenho inclusivo tornam-se, assim, componentes substantivos da democratização digital.

Martins, Carmo e Silva (2022), ao discutirem acervos digitais brasileiros, apontam dificuldades de integração e ressaltam a necessidade de coordenação institucional. Digitalização envolve decisões sobre padrões, preservação, interoperabilidade, financiamento, manutenção e continuidade das plataformas. Projetos descontínuos podem ampliar acesso durante determinado período e posteriormente desaparecer, deixando acervos inacessíveis ou tecnologicamente obsoletos. A infraestrutura digital precisa, portanto, ser lida como política cultural de longo prazo, e não como simples modernização técnica.

As tecnologias podem ampliar circulação, oferecer recursos de acessibilidade, facilitar comunicação com os públicos e criar novas formas de mediação; ao mesmo tempo, reproduzem desigualdades e instituem novas barreiras. Tal constatação aproxima o digital das demais condições analisadas neste ensaio. Nenhum suporte produz cidadania cultural por suas características técnicas. O que importa é a configuração das relações entre sujeitos, recursos, mediações, acessibilidade e institucionalidade. Com essa peça incorporada, torna-se possível reunir os diferentes movimentos do argumento e enfrentar diretamente a associação entre biblioteca e cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desenvolvido neste ensaio mostrou que ampliar acervos, serviços, unidades físicas e possibilidades digitais continua sendo condição fundamental para a democratização da leitura, embora essa expansão revele apenas parte do problema. Disponibilidade, acesso efetivo, apropriação e participação representam dimensões distintas da experiência cultural, e sua diferenciação permite compreender por que a presença institucional de uma biblioteca não corresponde, de maneira automática, ao exercício de direitos culturais.

A mediação ocupou posição decisiva nessa passagem, considerando que os recursos informacionais e literários chegam aos sujeitos por meio de linguagens, escolhas, organizações, práticas profissionais, interações sociais e dispositivos técnicos que interferem na possibilidade de descoberta e construção de sentidos. Compreendê-la como relação dialógica, e não como tutela cultural, permite reconhecer que profissionais, agentes comunitários e tecnologias podem favorecer processos de apropriação sem determinar previamente aquilo que os sujeitos deverão pensar, ler ou produzir.

A institucionalidade pública remete à responsabilidade estatal pela continuidade de equipamentos e serviços capazes de materializar direitos, enquanto experiências comunitárias revelam a força das relações territoriais, das redes locais, da flexibilidade e da mobilização social. Tratar uma dessas formas como substituta da outra empobreceria o debate. Garantia pública sem interlocução territorial pode produzir serviços socialmente distantes; mobilização comunitária desprovida de condições estáveis de sustentação pode permanecer vulnerável à precariedade. A articulação entre essas dimensões precisa preservar tanto a responsabilidade do Estado quanto a autonomia dos sujeitos e coletividades que produzem práticas culturais em seus territórios.

Outro aspecto relevante, a dimensão digital confirmou a inadequação de classificá-la simplesmente como uma terceira modalidade de biblioteca. Tecnologias atravessam bibliotecas públicas, comunitárias e outros arranjos institucionais, alterando circulação, preservação, comunicação, mediação e acesso aos acervos. Seu potencial de ampliar alcance convive com desigualdades relacionadas a conectividade, equipamentos, competências, usabilidade e acessibilidade. Governança tecnológica e continuidade dos serviços tornam-se, assim, componentes da própria discussão sobre democratização cultural, especialmente quando plataformas e coleções digitais passam a integrar de forma permanente a relação entre instituições e públicos.

Diante da questão que orientou o ensaio, pode-se sustentar que bibliotecas públicas e comunitárias assumem potencial de espaços de cidadania cultural quando a disponibilidade de recursos encontra condições efetivas de acesso e acessibilidade; a mediação favorece compreensão e apropriação; territórios e repertórios diversos são reconhecidos; sujeitos encontram possibilidades de expressão e participação; responsabilidades públicas e capacidades comunitárias se articulam sem substituição; e formas de governança oferecem continuidade às práticas desenvolvidas. Tais relações não constituem uma sequência causal nem aparecem de maneira uniforme em todas as bibliotecas.

A contribuição do ensaio reside justamente em organizar essas relações por meio de um núcleo composto por acesso, mediação, apropriação e participação, articulado a condições de territorialidade, acessibilidade, institucionalidade, governança e dimensão digital. Tal arquitetura não pretende funcionar como modelo causal universal; oferece uma chave interpretativa para examinar com maior precisão a distância entre expansão formal do acesso e participação cultural substantiva.

A articulação entre direito à leitura, cidadania cultural, mediação, participação, território, acessibilidade, responsabilidade pública, ação comunitária, ambiente digital e governança oferece fundamentos para pensar uma futura Agenda Literária 21, destinada a sistematizar princípios para políticas e redes de leitura comprometidas com condições substantivas de participação cultural. Sua formulação requer pesquisa própria,

confronto sistemático com instrumentos já existentes e processos de validação capazes de envolver diferentes sujeitos do campo. O ensaio oferece, nesse sentido, uma base conceitual para esse desdobramento, preservando a diferença entre uma agenda possível e uma proposta já validada. É nesse intervalo entre estar disponível e tornar-se socialmente apropriável que a cidadania cultural se apresenta como horizonte crítico para pensar bibliotecas no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWITZ, Zachary. Inclusão digital e bibliotecas públicas: estratégias para combater o analfabetismo digital em comunidades vulneráveis no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 639–659, 2025. DOI: 10.26512/rici.v18.n3.2025.59355. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/59355>. Acesso em: 23 set. 2026.

ALVES, Marcus Rei de Lima; PIERUCCINI, Ivete. Biblioteca pública e democracia cultural: o contexto das pessoas em situação de rua. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 9, e66217, 2024. DOI: 10.47681/rca.v9i.66217. Disponível em: <https://www.revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/66217>. Acesso em: 23 set. 2026.

ASSIS, Isabella Carolina Pongelupe; PAULA, Lorena Tavares de. Mediação da informação digital: análise no contexto da Biblioteca Nacional do Brasil. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 22, e024012, 2024. DOI: 10.20396/rdbci.v22i00.8674881. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8674881>. Acesso em: 23 set. 2026.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73–83, 2001. DOI: 10.1590/S0102-88392001000200011.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 13 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura; Ministério da Educação. Portaria Interministerial MinC/MEC nº 12, de 23 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL 2026–2036 e suas metas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 79, p. 15, 29 abr. 2026.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

FERREIRA, Fernanda Bernardo; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. A responsabilidade social dos bibliotecários em bibliotecas públicas: dimensões e ações. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 19, n. 00, e021022, 2021. DOI: 10.20396/rdbci.v19i00.8665764. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8665764>. Acesso em: 23 set. 2026.

FERREIRA, Shirley dos Santos; CORTES, Vanderléa Nobrega Azevedo; OLIVEIRA, Damares Socorro Fontes de; BARI, Valéria Aparecida. Territórios de leitura e resistência: a mediação da informação na Biblioteca Comunitária Maria Beatriz Nascimento, Sergipe, Brasil. **Biblionline**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p.

91–106, 2026. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4775.2026v22n1.77686. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/77686>. Acesso em: 23 set. 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10–21, 2019. DOI: 10.21728/logcion.2019v5n2.p10-21. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>. Acesso em: 23 set. 2026.

HANELL, Fredrik. Consensus, conflict and social capital: the conceptualisation of democracy in recent public library research. *Journal of Documentation*, v. 82, n. 7, p. 19–37, 2026. DOI: 10.1108/JD-07-2025-0187.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA); UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). The IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022. [S. l.]: IFLA; UNESCO, 2022. Disponível em: <https://www.ifla.org/public-library-manifesto/>. Acesso em: 23 set. 2026.

LEE, Kyungmin. Public libraries as social infrastructure: an integrative review of community roles. **Journal of Librarianship and Information Science**, OnlineFirst, 2026. DOI: 10.1177/09610006261461777. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/09610006261461777>. Acesso em: 23 set. 2026.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. DOI: 10.11606/T.27.2008.tde-07012009-172507. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/pt-br.html>. Acesso em: 23 set. 2026.

MACHADO, Elisa Campos. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 80–94, 2009. DOI: 10.20396/rdbci.v7i1.1976. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1976>. Acesso em: 23 set. 2026.

MADUELL, Bianka; BORGES, Jussara. Bibliotecas comunitárias como espaços de direito à informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 16, n. 3, p. 56–72, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/pbcib/article/view/254352>. Acesso em: 23 set. 2026.

MAIA, Georgia Fernanda Rodrigues; BARRADAS, Jaqueline Santos. Gestão de bibliotecas comunitárias: experiências bem-sucedidas no Brasil. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 27–58, 2022. DOI: 10.47681/rca.v7i2.53186. Disponível em: <https://www.revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/53186>. Acesso em: 23 set. 2026.

MARTINS, Dalton Lopes; CARMO, Danielle do; SILVA, Marcel Ferrante. Modelos de governança em serviços de acervos digitais em rede: elementos para a produção de uma política pública nacional para objetos culturais digitais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 81–109, 2022. DOI: 10.1590/1981-5344/3375. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/39044>. Acesso em: 23 set. 2026.

ROSA, Nathália Zaneratto; FUJINO, Asa. Bibliotecas comunitárias: espaços de informação e cultura em territórios de vulnerabilidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1–25, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1579>. Acesso em: 23 set. 2026.

SAMPAIO, Tiago Santos; RODRIGUES, Abraão Carneiro do Carmo; SANTOS, Vilbégina Monteiro dos. Bibliotecas comunitárias: revisão sistemática de literatura e apontamentos para ações de extensão universitária no Território do Sisal – Bahia. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 9, e64863, 2024. DOI: 10.47681/rca.v9i.64863. Disponível em: <https://www.revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/64863>. Acesso em: 23 set. 2026.

SOUZA, Elisabete Gonçalves. Políticas públicas e bibliotecas no Brasil: conhecendo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 357–376, 2020. DOI: 10.5433/1981-8920.2020v25n4p357. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38043>. Acesso em: 23 set. 2026.